

Federação Portuguesa  
de Judo

# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA

CONT. N.º 301 818 474

FUNDADA EM 1955 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

---

## CONTRATO-PROGRAMA

2017

### **Objeto:**

Desenvolvimento Desportivo

### **Outorgantes:**

Federação Portuguesa de Judo  
Associação de Judo do Distrito de Santarém



Federação Portuguesa  
de Judo

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO**  
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA  
CONT. N.º 501 515 674

FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

Entre: ---

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO, pessoa coletiva n.º 501515674, com sede em Rua do Quelhas, n.º 32, Lisboa, neste ato representada pelo Jorge Manuel de Oliveira Fernandes, na qualidade de Presidente e com poderes para o ato, adiante designada por **Primeira Outorgante** ou simplesmente por **FPJ**; ---

E: ---

Associação de Judo do Distrito de Santarém, pessoa coletiva n.º 501 426 434, com sede em Rua Manuel José Carrêlo, BI.1 . CV – 2350 Torres Novas, neste ato representada por António Manuel Pedroso Leal, na qualidade de Presidente, com poderes para o ato, adiante designada por **Segunda Outorgante**; ---

Em conjunto designados por **Partes Outorgantes**, ---

**Considerando que:** ---

- (A) A Lei n.º 5/2007 de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), ---
- ✓ Define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto; ---
  - ✓ Estabelece um novo modelo de organização das federações desportivas, associações territoriais e clubes desportivos; ---
  - ✓ Estipula a obrigatoriedade de estas possuírem contabilidade organizada; ---
  - ✓ Torna obrigatória a verificação da situação de incumprimento das suas obrigações fiscais junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e da Segurança Social (Seg. Social); ---
  - ✓ Estabelece como regime-regra o da existência de contratos-programa. ---

**Considerando também que:** ---

- (B) O Decreto-Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro, ---
- ✓ Define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivos; ---
  - ✓ Estabelece que os apoios financeiros atribuídos pelas federações desportivas às associações territoriais são obrigatoriamente titulados por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, celebrados nos termos do referido Decreto-Lei; ---



Federação Portuguesa  
de Judo

# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA

CONT. N.º 901 519 874

FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

Considerando ainda que: ---

(C) No caso concreto, que o Instituto Português do Desporto e Juventude I.P. (IPDJ) celebrou com a FPJ, em 25/05/2017, um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo tendo por objeto a execução do Programa de Desenvolvimento da Prática Desportiva que a FPJ se propõe executar;

---

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes: ---

## \* CLÁUSULA PRIMEIRA \*

Constitui objeto do presente contrato a concessão de uma comparticipação financeira com vista à execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo consubstanciado no plano de atividades e orçamento para 2017 e respetivo formulário de candidatura que a Segunda Outorgante apresentou à Primeira Outorgante e que se propõe efetivar no decurso do corrente ano. ---

## \* CLÁUSULA SEGUNDA \*

O período de execução do contrato-programa objeto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa tem início em 1 de janeiro de 2017 e termo em 31 de dezembro de 2017. ---

## \* CLÁUSULA TERCEIRA \*

1. A comparticipação financeira a prestar pela FPJ à 2.ª Outorgante para apoio exclusivo à execução do programa desportivo referido na cláusula primeira deste contrato-programa é de € 10.388,23 (dez mil trezentos e oitenta e oito euros e vinte e três cêntimos). ---
2. A comparticipação acima referida é disponibilizada em regime duodecimal. ---
3. Os montantes já pagos à Segunda Outorgante no decurso do presente ano com vista à prossecução do objeto deste contrato-programa são englobados no presente contrato-programa do qual fazem parte integrante. ---



Federação Portuguesa  
de Judo

# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA

CONT. N.º 501 519 474

FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

4. A alteração dos fins a que se destina a comparticipação prevista no presente contrato-programa só pode ser feita mediante a autorização escrita da FPJ, subscrita por quem tiver poderes para a obrigar, com base em proposta(s) fundamentada(s) da Segunda Outorgante a apresentar antes do termo da execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo. ---

## \* CLÁUSULA QUARTA \*

1. São obrigações da Segunda Outorgante: ---

- a) Executar o Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado à FPJ conforme referido na cláusula primeira deste Contrato-Programa, de forma a atingir os objetivos expressos nesse Programa; ---
- b) Prestar as informações acerca da execução do presente contrato-programa sempre que solicitada pela FPJ; ---
- c) Organizar e apresentar as suas contas de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para os fins previstos neste contrato-programa; ---
- d) Entregar à FPJ, em formato digital e preferencialmente por via eletrónica, os seguintes documentos, até à data da assinatura deste contrato-programa: ---
  - (i). O formulário de candidatura devidamente preenchido, no âmbito do programa de desenvolvimento desportivo até 17 de dezembro do ano em curso; ---
  - (ii). Certificação emitida pela AT, válida até à data da assinatura deste contrato-programa, atestando que tem a sua situação tributária regularizada; ---
  - (iii). Certificação emitida pela Seg. Social, válida à data da assinatura deste contrato-programa, atestando que tem a sua situação contributiva regularizada perante aquela Entidade; ---
  - (iv). O Plano de Atividades e Orçamento para o ano em curso, acompanhado da cópia da respetiva ata da aprovação pela Assembleia Geral da Segunda Outorgante, até ao respetivo dia 17 de dezembro; ---
  - (v). O Relatório e Contas do Exercício do ano anterior, incluindo, entre outros, o relatório de gestão da Direção da Segunda Outorgante, as demonstrações financeiras legalmente previstas, o parecer do Conselho Fiscal e o parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) ou Sociedade de Revisores de Oficiais de Contas (SROC), se lhe for



Federação Portuguesa  
de Judo

# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA

CONT N.º 301 515 674

FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO



aplicável, acompanhado da cópia da respetiva ata da aprovação pela Assembleia Geral da Segunda Outorgante, até 17 de dezembro do ano em curso. ---

- e) Colaborar com as estruturas locais do Desporto Escolar, incentivando a realização de atividades de judo nas escolas, e outras iniciativas com vista à promoção e divulgação da prática do Judo e de captação de praticantes; ---
  - f) Cooperar na organização das competições de âmbito nacional que lhe forem atribuídas pela FPJ; ---
  - g) Prever anualmente no seu plano de formação ações de formação específicas dirigidas a treinadores, árbitros, dirigentes e outros agentes desportivos; ---
  - h) Colaborar na organização e no enquadramento técnico de concentrações ou estágios de competição ou de aperfeiçoamento técnico que se realizem no seu território de jurisdição; ---
  - i) Fazer-se representar em reuniões e outros eventos da FPJ para os quais tenha sido convocada; ---
  - j) Utilizar o software próprio da FPJ para efeitos de registo de filiação de agentes desportivos da FPJ, de inscrição em competições e de gestão dos respetivos resultados dessas competições;
  - k) Enviar à FPJ por via eletrónica o ficheiro de resultados das competições que organizar no formato emitido pelo software indicado na alínea anterior, até ao prazo máximo de 15 (quinze) dias após a sua conclusão; ---
2. A Segunda Outorgante reconhece que a execução deste contrato-programa está sujeita a fiscalização pela FPJ, pelo IPDJ ou por quem for para o efeito designados nos termos legais. ---

## \* CLÁUSULA QUINTA \*

1. O incumprimento, por razões não fundamentadas, por parte da Segunda Outorgante, das obrigações referidas na cláusula anterior deste contrato-programa ou de qualquer outra obrigação decorrente das normas legais em vigor, implicará a suspensão dos apoios e participações financeiras e outras por parte da FPJ. ---
2. A Segunda Outorgante deverá restituir à FPJ as participações financeiras concedidas que não tenham sido aplicadas na execução do respetivo programa desportivo. ---

## \* CLÁUSULA SEXTA \*



Federação Portuguesa  
de **Judo**

# FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA

CONT.º 901 518 674

FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

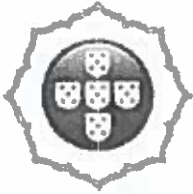


2. À constituição e ao funcionamento da arbitragem referida no número anterior e aplicável o disposto na Lei n.º 31/86 de 29 de agosto. ---
3. Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo competente.

O presente contrato-programa é feito em dois exemplares de igual teor, ficando um na posse de cada uma das Partes Outorgantes. ---

ANEXOS:

Formulário de Candidatura



Federação Portuguesa  
de **Judo**

**FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE JUDO**  
INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DESPORTIVA  
CONT. N.º 901 819 674  
FUNDADA EM 1959 - MEMBRO DA UNIÃO EUROPEIA DE JUDO E DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE JUDO

---

Lisboa, 14 de dezembro de 2017

**A Primeira Outorgante**

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Manuel de Oliveira Fernandes  
Presidente da FPJ

**A Segunda Outorgante**

  
\_\_\_\_\_  
António Manuel Pedrosa Leal  
Presidente